

## EDITORIAL

### Urge criar um verdadeiro NSR

Um vasto movimento está em curso entre os Sargentos do Exército e da Força Aérea. A razão é ainda, e de novo, o «velho» Sistema Retributivo.

A justa, mas difícil, decisão tomada relativamente aos Sargentos da Marinha, veio criar desigualdades entre estes e os seus camaradas do Exército e da FA.

Muitas centenas de exposições de Sargentos do Exército e da FA estão a dar entrada nas respectivas Reparações.

A questão central que hoje se coloca relativamente a esta matéria é a de que se torna necessário reconhecer que o NSR é um rotundo falhanço, gerador de instabilidade e mal estar. Hoje já não existe NSR, mas uma manta de retalhos.

Urge pois criar um verdadeiro Novo Sistema Retributivo que, partindo da realidade existente, dê resposta lúcida à situação.

O movimento que agora tem lugar no Exército e na Força Aérea é absolutamente legítimo. E aguardamos a ocasião de ver os Oficiais a fazer o mesmo se o problema não for encarado de frente, ou seja, globalmente analisado e tratado.

Deixamos esta expressão de Tucídides - 300 a.C.:

«Na defesa da cidade  
A vontade do povo  
É superior à  
Espessura da muralha».  
Está na nossa vontade.

## Justiça e Disciplina chumbadas - Uma vitória, também, da classe



Contrariando todas as expectativas, a bancada Parlamentar do PSD agendou para a votação final a Proposta de Lei de Bases da Justiça e Disciplina Militar. Mas, a falta de uns quantos deputados do PSD fez com que a proposta tivesse sido chumbada.

Como é do conhecimento geral, a proposta há muito que se encontrava no Parlamento. A Comissão Parlamentar de

Defesa até promoveu um colóquio - que contou com a presença de personalidades de reconhecido mérito - no qual a proposta foi duramente criticada.

Neste colóquio, que contou com a presença do Director de «O SARGENTO» e também do presidente da ANS, Augusto Tomás, também foi objecto de críticas a proposta sobre o regime de acesso ao Provedor de Justiça pelos militares,

entretanto aprovada, e que se encontra na Presidência da República a aguardar a promulgação. Lembra-se que a ANS entregou na Presidência da República um pedido visando a declaração de inconstitucionalidade desta última Lei.

O resultado do debate travado nesse colóquio em nada contribuiu para que o PSD alterasse a Proposta de Lei. Esta talvez tenha sido uma das razões pela qual

alguns deputados do PSD não compareceram para a votação, acabando assim a proposta por ser chumbada.

A ter ocorrido a aprovação da Proposta, tal teria constituído um verdadeiro escândalo!

Também durante o mês de Agosto foi a Conselho de Ministros a proposta de revisão do EMFAR. Desentendimentos entre membros do Governo fizeram com que a proposta ficasse congelada.

**NSR  
motiva exposições  
na FA e Exército**

Pág. 3

**Portugal  
e o conflito na Bósnia**

**- Partidos respondem  
a inquérito de «O Sargento»**

Págs. centrais

*Europa filha de Agenor, rei da Fenícia e irmã de Cadmo, Zeus atraído pela sua beleza transformou-se em touro e levou-a para Creta. Aí a Europa deu à luz três filhos: Minos, Radamanto e Sarpédon. Da mitologia grega*

## E a nossa Europa?



Nos últimos anos temos assistido a uma enorme vaga do uso da palavra Euro. Ele é o Eurocéptico, o Eurodeputado, elas são (as empresas claro!) a Euro sanidade, a Euroinfor, enfim, tudo é Euro ou pró-Euro e, os que não são..., coitados! Mas afinal o que é a Europa de onde deriva o prefixo Euro?

Da geografia física sabemos que a Europa é a menor das cinco partes do mundo, mas a mais densamente povoada. Limitada ao Norte pelo oceano Ártico, a Oeste pelo Atlântico, ao Sul pelo Mediterrâneo e mares anexos e, como tradicionalmente tem sido demarcado, pelas montanhas do Cáucaso e, a Este, pelo mar Cáspio e montes Urais. Tem uma superfície de 10.519.727 Km<sup>2</sup> e a sua população era no senso de 1977 de 698.874.000 habitantes.

A história dos povos que habitam esta quinta parte da terra do planeta é, antes de mais, mediterrânea e helénica. As cidades gregas e o mar Egeu, com Creta, foram o centro de uma civilização admirável, oriunda da Ásia Menor (Jónia), enquanto mais a oeste, a expansão etrusca, de origem oriental, partindo do Arno em direcção ao Sul da península Itálica, com ela se confronta na região de Nápoles e Sicília. Foi neste caldo, temperado pelo génio grego, que nasceu a cultura mãe da chamada civilização europeia.

Toda a nossa história tem sido marcada por tentativas de aglutinar os seus povos sob um mesmo poder político e administrativo. Logo em 146 a.C., após a conquista da Macedónia, a Grécia foi dominada pelos romanos que, depois de se apossarem de toda a Itália, expulsaram os cartagineses da Sicília, iniciando um império que se alargaria à Gália, à Ibéria, uma boa parte da ilha da Bretanha e à região reno-danubiana. Este império dura até ao século IV d.C., altura em que os germanos o invadem e provocam o seu desmoronamento, tendo, ainda, Justiniano I esboçado uma tentativa de reconquista do império no séc.VI d.C.. Entretanto, o Cristianismo tinha triunfado sobre as restantes

religiões e, perante o clima de instabilidade reinante com a queda do império romano, o papado tenta com Carlos Magno (ano 800) restabelecer o Império Romano do Ocidente. Porém, esta tentativa sucumbe com o advento do feudalismo.

O extremo fracionamento da Europa chocava-se com a persistência dos ideais unificadores do Império Romano. Desde 962 o império foi restabelecido em proveito do rei germânico Otão I (Sacro Império Romano-Germânico). Mas o papado, por seu lado, também tinha pretensões ao domínio universal e os dois poderes defrontam-se na questão das investiduras (1074-1122) e na luta do Sacerdócio e do Império (1157-1250). A teocracia venceu durante algum tempo com o papa Inocêncio III, no séc.XIII, mas foi derrotado no século seguinte pelo espírito monárquico nacional: os reis pretendiam que o poder de que se achavam investidos lhes vinha directamente de Deus.

No séc. XV, quando os turcos chegaram a Constantinopla (1453), a Europa estava dominada quase exclusivamente pelos Estados cristãos. Porém, a reforma do séc. XVI, destruiu a sua unidade cristã. Os impérios Português e Espanhol não estavam orientados para o domínio da Europa vindo a constituir-se, fruto dos Descobrimentos, nos novos continentes. Mas, nessa época, alguns soberanos unem-se para defender o equilíbrio Europeu, e, depois da Guerra dos Trinta Anos, o congresso de Vestefália (1648) consagrou a queda da casa reinante da Áustria e proclamou o princípio da independência dos Estados. Apesar disso o tempo que medeia até à revolução francesa caracterizou-se pela rivalidade das casas reinantes, tendo no séc.XVII existido uma predominância espanhola seguida de uma tentativa de hegemonia francesa, com Luís XIV, a qual teve fim com os tratados de Utrecht e de Rastatt (1713-1714). Por outro lado foi também rompida a unidade religiosa da Europa Ocidental. Surge o conceito da superioridade da raça branca na Europa central que contribui decisivamente para o interesse da expansão colonial, agora às Províncias Unidas, à

Inglaterra e à França.

No séc. XVIII dão-se vários conflitos em que entram os dois novos Estados, a Rússia e a Prússia, e acentua-se a decadência do Império Otomano. E estoura a Revolução Francesa (1789). A Assembleia Constituinte proclama a soberania dos povos, os reis, perante o ardor revolucionário, unem-se para combater os novos ideais e para aproveitar e desmembrar a França. Se as forças armadas revolucionárias saíssem vitoriosas, as monarquias teriam de reconhecer a República. Mas o fervor revolucionário desencadeou a reacção na França e a retomada da luta entre a França revolucionária e o resto da Europa. Graças a Bonaparte, que em 1804 se tornou imperador com o nome de Napoleão I, os exércitos franceses percorrem a Europa, difundindo os novos ideais e ambicionando a uma Europa Francesa. No Congresso de Viena de 1815, dirigido por Metternich, tentou-se, em vão, restaurar a antiga Europa monárquica. Mas esse modelo já não era respeitado pelos povos. Os ventos revolucionários varriam o continente de lés a lés. Revoltas e Revoluções derrubavam governantes e impunham reformas

importantes. Irrompiam, em toda a Europa manifestações nacionalistas.

No séc. XX assiste-se a três tentativas de reconstituir impérios, duas pela força, a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais e, mais recentemente, de forma pacífica, com a CEE, que evoluiu para as formas político/económico/administrativas mais consentâneas com as necessidades de um império (com o nome de União).

Vale este breve resumo histórico para evidenciar a falta de originalidade deste projecto comum. Porém, neste momento, afigura-se-me mais importante analisar as perspectivas de adesão do que questioná-la.

O facto é que, além de uma Europa a duas velocidades, também temos duas perspectivas da Europa. Este facto, fica bem ilustrado, por dois discursos de um jovem político da nossa praça. Dizia ele aquando das últimas eleições para o Parlamento Europeu: «(...) os nossos empresários só podem competir na Europa se lhes forem dadas as mesmas condições dos empresários europeus! (...)»; no dia seguinte, falando sobre a necessidade de acabar com o salário mínimo nacional e outras regalias dos trabalhadores dizia: «(...) como

podem os nossos produtos ser competitivos no mercado, se uma família marroquina inteira, a trabalhar dez horas diárias,

ganha tanto como um só trabalhador português em oito horas?». Portanto, a Europa é mais nórdica para uns e mais africana para outros.

Também se verificou o mesmo princípio em relação ao famigerado N.S.R.. O distanciamiento indiciário não progride segundo uma escala linear, mas quase logarítmica. Quanto maior é o posto, maior é o número de pontos indiciários em relação ao escalão anterior, não só eliminando a possibilidade de sobreposição entre postos hierárquicos, como acentuando as diferenças. Por outro lado, os postos cimeiros, tiveram outros privilégios retributivos, como a percentagem para despesas de representação, (tipo euro-nórdico), enquanto nós até a farda temos de custear do nosso bolso, (tipo euro-africano).

Outro aspecto preocupante neste processo de reconstituição do Império, é a divisão internacional do trabalho, ou, como outros gostam de dizer, a racionalização da produção na Europa. Portanto, é tido como certo que, a cada país é dado um conjunto de coisas para produzir, tendo de abandonar os restantes produtos nacionais por não serem competitivos. Muito bem. Mas, sendo assim que produtos deixam os alemães de produzir? E os franceses? E os ingleses? Mas, pode-se colocar a questão noutros termos, que vamos nós, portugueses, produzir? Ou a nossa única vocação é a indigência e passar o resto da vida do Império a mendigar subsídios? Responda quem souber.

David' Pereira

## Cartas dos LEITORES

### Espírito de classe

Caro "O Sargento",

Pela primeira vez dirijo-me a este jornal, para expressar a minha indignação perante a atitude passiva de alguns camaradas em relação a determinados assuntos que dizem respeito à classe.

Concerteza a maior parte dos camaradas tem conhecimento que os 1ºs Sargentos da Armada foram colocados quase todos no escalão 6, para resolver distorções remuneratórias que a promoção dos cabos adjuntos a 2º Sargento trouxe.

Mérito seja dado aos camaradas da Armada por esta vitória, e à ANS, que tentou mobilizar os 1ºs Sargentos dos restantes Ramos para que fossem entregues exposições a denunciar o facto de haver diferenças remuneratórias

entre 1ºs Sargentos com a mesma antiguidade e muitos deles até mais modernos.

No Exército quando chegou informação sobre este assunto houve grande indignação, só que quando chegou a hora de tomar uma atitude apenas alguns tiveram a coragem de «meter» a exposição, ficando os restantes numa atitude passiva, pois sabem que se houver alguma coisa é para todos e se algo correr mal não serão prejudicados.

É de salientar que a exposição é uma das «armas» que o Militar pode usar quando se sente prejudicado.

Possivelmente a maior parte de nós não merece os sacrifícios pessoais que alguns dos nossos camaradas fazem para que a classe

tenha outra força e outro estatuto.

Gostaria que estas palavras mexessem com algumas consciências e que numa próxima oportunidade houvesse uma maior mobilização em torno de alguma questão relacionada com a classe de Sargentos.

Afinal, a manterem-se as actuais perspectivas de carreira para os Sargentos, nós os mais novos não vamos ter uma carreira tão aliciante como dizem.

Antes de finalizar gostaria mais uma vez de dar os meus parabéns aos camaradas da Armada pelo espírito de classe existente naquele ramo.

Joaquim Desgosto  
1º Sargento s/ futuro

### O SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos  
Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa,  
91 - 1.ª Esq. 1900 Lisboa - Tel. 815 49 66 - Fax: 815 49 58  
Apoio Redactorial, Grafismo, Composição, Paginação e  
Produção: In-Média, Lda - Tel./Fax: 397 69 96  
Fotolito e Impressão: Heka Portuguesa, SA  
Tiragem: 3500 ex.  
Depósito Legal: 48582/91  
Registo na DGCS: 115109

NSR e DL 80/95

# ANS dirige memorando à Assembleia da República

A Associação Nacional de Sargentos, em 18 de Julho, entregou à Comissão Parlamentar de Defesa e ao Provedor de Justiça, um memorando sobre a aplicação do Novo Sistema Retributivo (NSR) e a situação criada pelo Decreto-Lei 80/95, de 23 de Abril.

Neste memorando, a ANS expõe o seguinte:

«1. O DL 80/95 reconhece a existência, por via da aplicação do Novo Sistema Retributivo, de anomalias que originam efeitos perversos com nítido prejuízo da hierarquia funcional, com especial incidência na categoria de Sargentos da Marinha e, dentro desta, no posto de primeiro-sargento.

2. O artigo 1º, nº 1, do supra citado DL, estabelece que: 'sempre que um primeiro-sargento dos quadros permanentes da

Marinha, na situação de activo, aufera remuneração inferior à de sargento com menos antiguidade ou posto é reposicionado no escalão da respectiva escala indiciária correspondente ao maior valor da remuneração efectivamente recebida por sargentos com menor antiguidade'.

3. Tal disposição, se, por um lado, veio proporcionar a correcção das situações mais gravosas, senão mesmo, escandalosas, que ocorriam desde Outubro de 1989 entre os primeiros-sargentos da Marinha, veio criar novas situações profundamente gravosas e, também elas, geradoras de efeitos perversos, a saber:

a) Ignora a existência de situações similares que ocorrem nos outros ramos (Exército e Força Aérea) e que o DL diz corrigir para os primeiros-sargentos da

Marinha.

b) Cria profundas desigualdades de vencimentos entre os primeiros-sargentos da Marinha e os seus camaradas de outros ramos.

c) Desigualdades que se substanciam no facto de a aplicação do artigo 1º do DL 80/95 ter posicionado todos os primeiros-sargentos da Marinha promovidos até 1994 (inclusive) no 6º escalão da escala indiciária independentemente do tempo de posto e de serviço e os promovidos durante 1995 no 5º escalão.

d) O descrito em c) origina que primeiros-sargentos do Exército e da Força Aérea com maior antiguidade e, em muitos casos, com mais anos de serviço, passassem a auferir um vencimento inferior relativamente aos seus camaradas da Marinha.»

Entretanto, mais de um milhar de exposições no Exército e FA tiveram despachos dos respectivos CEM, nos quais dizem não

terem competência jurídica para a resolução do problema. Este passa através de soluções de carácter legislativo.



## LEGISLAÇÃO

### Às armas, cidadãos!

Com este título publicou o jornal Público, de 15 de Julho, assinado por Francisco Teixeira da Mota, uma rubrica semanal da qual destacamos as duas notas que se seguem.

«O regime de queixa ao provedor de Justiça em matéria de defesa nacional e das forças armadas, aprovado pela Lei 19/95 (A), mete medo ao mais destemido militar. Os militares só poderão ir falar com o provedor depois de esgotadas todas as vias hierárquicas estabelecidas na lei, previsivelmente quando já tiverem regressado à vida civil. Uma lei que, com pequenos retoques, poderia ter sido aprovada antes de 25 de Abril.

Leitura que se recomenda com veemência é a da Lei 20/95 (A), que regula a mobilização e a requisição no interesse da defesa nacional. Neste diploma encontram-se disposições que são ver-

dadeiras pérolas culturais. Sabia, por exemplo, que, «tendo em consideração o interesse da defesa nacional, pode o diploma de requisição determinar a substituição dos trabalhadores nacionais de países inimigos que prestem serviço nas empresas ou nos serviços requisitados?»

Na parte alimentar salienta-se uma disposição implícita que determina que, no caso de se estar perante uma fruta sã e outra já em deterioração, se deverá comer em primeiro lugar a segunda e guardar a primeira para ser comida quando, igualmente, já estiver deteriorada. Por último, refira-se que, entre os indisponíveis para efeitos de mobilização militar, se destacam, para além de governantes, deputados, magistrados e diplomatas, os inefáveis directores-gerais. Um diploma para ler e reler em cenário de guerra.»

## ANS prossegue audiências

Em finais de Junho, a ANS pediu audiências a todos os partidos políticos com assento parlamentar. Desses pedidos só se concretizou uma reunião com o secretário-geral do PCP (foto), no dia 18 de Julho.

Foram estabelecidos contactos com o PP/CDS, que só não se concretizaram por dificuldade de agenda do seu presidente.

A ANS foi, também, recebida pelo Provedor de Justiça, em 27 de Junho, o qual mostrou interesse em instruir um processo sobre o caso do NSR.

O PSD e o PS não responderam ao pedido de audiência.

Na audiência com o secretário-geral do PCP, a ANS informou o nosso jornal que se a bordo a vários assuntos, tendo em conta

a próxima legislatura, nomeadamente a nova situação criada com o NSR, a alteração do Artº 31º da Lei de Defesa Nacional, as alterações ao EMFAR.

Falou-se, também, sobre a revisão constitucional (dado que a próxima legislatura tem poderes para o efeito), e as suas consequências sobre matérias como competências dos tribunais militares, direito de associação e de consulta.

A ANS afirmou-nos que con-

sidera preocupante e inexplicável que partidos como o PSD e o PS nem sequer tenham acusado a recepção do pedido de audiência. Tanto mais que, ao longo da sua existência, sempre a ANS tem pautado a sua conduta pelo diálogo franco, aberto e responsável com todos, nunca excluindo deste processo seja quem for, independentemente das ideias ou opiniões alguma vez formuladas.

Este tipo de procedimento do PSD e PS, segundo a ANS, não foi um caso isolado, mas o comportamento dos últimos anos, agravado nos últimos meses, nos quais a omissão e o esquecimento tem sido a regra dos seus comportamentos.

A ANS, por fim, afirmou-nos que continua a estar, como sempre esteve, disponível para o diálogo.



## Acidentes em Navios

A Comissão Permanente de Ramo-Armada, da ANS, procedeu, em reunião efectuada em 24 de Junho, à análise de vários aspectos ligados com os sargentos e a Marinha, entre os quais, a ocorrência de um número considerável de acidentes envolvendo navios da Armada.

O registo de tais casos tem vindo a afectar o prestígio da Marinha e dos seus marinheiros e, não podem deixar de causar danos, na capacidade atractiva da Marinha

na que respeita aos regimes de Voluntariado e de Contrato.

Um tão elevado número de acidentes não pode ser explicado por causas do acaso, do azar. Urge a adopção de medidas eficazes que ponham cobro a esta situação. As medidas passam, no nosso entendimento, pela melhoria da formação e treino e pela galvanização dos militares da Armada através de um conjunto de medidas profissionais e sociais no quadro de um diálogo franco, claro e objectivo, que

ponha de lado ideias preconcebidas.

A necessidade mais urgente da Marinha é que os seus militares a discutam.

A CPR-Armada tudo fará nesse sentido. Ao mesmo tempo, a CPR-Armada não ignorando as responsabilidades concretas que eventualmente existam em cada acidente concreto, manifesta a todos a sua solidariedade enquanto membros de um Ramo com gloriosas tradições.

# Portugal e o conflito na Bósnia

O conflito na Bósnia-Herzegovina conhece novas situações militares, numa escalada dramática e preocupante, com a comunidade internacional impotente para solucionar o conflito e encontrar a paz.

A participação de tropas portuguesas no contingente da força de manutenção da ONU tem sido diversas vezes ventilada. Existe mesmo um batalhão pronto a intervir. O ministro da Defesa, Figueiredo Lopes, afirmou, no Dia da Escola de Engenharia, em Tancos, a 29 de Junho, que Portugal só enviará militares para a Bósnia no caso de uma retirada das forças da ONU. Mas, acrescentou que «hoje pode dizer-se com alguma segurança que não há probabilidade de os soldados portugue-

ses partirem para a Bósnia».

Sobre esta questão, quisemos saber qual a opinião dos principais partidos políticos portugueses com assento na Assembleia da República, aos quais enviámos, no mês de Julho, o seguinte questionário:

**1 - Qual a apreciação que faz o v/Partido sobre o actual conflito na Bósnia?**

**2 - Qual a v/posição sobre um eventual envolvimento militar de Portugal naquele país.**

Apesar de termos efectuado vários contactos, não recebemos as respostas do PS e do PP, o que lamentamos.

deverá ser preservado; qualquer evolução qualitativa, no sentido de mais uma activa intervenção das Nações Unidas no próprio conflito, apenas alimentaria a espiral de violência e comprometeria seriamente os esforços no sentido de criação de condições para uma solução política. Assim, uma atenção particular deverá ser concedida às missões a confiar à "Força de Intervenção Rápida" recentemente criada, por forma a que a sua acção se mantenha integralmente no âmbito da "manutenção da paz" e de protecção das próprias forças das Nações Unidas.

Portugal participa na FORPRONU com cerca de 15 observadores militares e cerca de 40 elementos da PSP integrados na Polícia Civil das Nações Unidas (UNIVPOL).

Decorrente dos nossos compromissos no quadro da NATO, e reiterando a solidariedade com os nossos Aliados, participaremos no esforço comum para a retirada da FORPRONU, caso tal seja decidido. As características do conflito, os meios já colocados à disposição das Nações Unidas, e a consideração dos interesses e das prioridades nacionais, não justificam que Portugal encare, neste momento, qualquer contribuição adicional para a FORPRONU.

**Rui Gomes da Silva**  
Deputado

## RESPOSTA DO PSD

### Posição portuguesa em relação aos conflitos na ex-Jugoslávia

a) Necessidade de uma solução negociada

Os três anos de guerra já passados demonstraram a inviabilidade de uma solução militar para os diferendos existentes no espaço da ex-Jugoslávia.

Na Bósnia, as recentes iniciativas militares mulçumanas (incluindo provavelmente a presente ofensiva em torno de Sarajevo) apenas confirmam esta ideia para além de ganhos pontuais, e apesar dos mulçumanos se encontrarem, hoje, muito melhor equipados e enquadrados, o equilíbrio estratégico entre as partes permanece inalterável não se antevendo a sua mudança num futuro próximo.

Também na Croácia, uma reintegração forçada das Krajinas, mesmo que os croatas apresentem uma nítida vantagem militar sobre os sérvios de Pele, trará, em si, o germe de novos conflitos. Assim, apenas a solução política, negociada, poderá restabelecer a paz e a estabilidade na região.

Tratar-se-á necessariamente de um processo complexo e moroso, e que se arrastará enquanto não existir uma verdadeira vontade política das partes para chegarem a um compromisso.

Não sendo possível impor soluções do exterior, cabe à Comunidade Internacional - e muito especificamente à UE - tentar reunir as condições que facilitem um tal acordo entre as partes beligerantes.

Neste sentido, Portugal apoia as iniciativas do Grupo de Contacto (tal como apoio as anteriores iniciativas dos Co-Presidentes da Conferência Internacional), que congrega os esforços diplomáticos dos principais interventores exteriores no

processo (UE, EUA e Rússia), e cujas propostas constituem uma base válida para um acordo equilibrado e durável entre as partes.

Portugal, como os restantes Estados membros da UE, tem-se empenhado na preservação da coesão do Grupo de Contacto, já que só numa estreita colaboração entre os seus membros, e um entendimento comum relativo aos parâmetros de uma solução política para o conflito na Bósnia, será susceptível de se traduzir numa pressão eficaz sobre as partes em confronto e conseguir o desejado acordo político.

b) Apoio à FORPRONU

A presença das Forças das Nações Unidas na Ex-Jugoslávia, e muito especialmente na Bósnia,

visa três objectivos principais, dos quais dependem igualmente as possibilidades de prossecução do processo negocial:

- 1) Reduzir a intensidade e a localização dos confrontos,
- 2) Impedir o alastramento do conflito aos países vizinhos (Macedónia, Albânia, Sérvia) e,
- 3) encaminhar a ajuda humanitária

Mau grado todas as dificuldades, a presença das Nações Unidas tem contribuído para tais fins.

Por estas razões, e embora a retirada da FORPRONU possa ter de ser decidida em consequência de uma pressão que qualificamos de intolerável das próprias partes em conflito, Portugal defende a manutenção destas forças no ter-

reno; a sua retirada corresponderia, igualmente, ao reconhecimento do fracasso dos esforços destinados à obtenção de uma solução política.

De igual modo, Portugal tem-se manifestado contra qualquer levantamento do embargo de venda de armas ao Governo de Sarajevo, não só porque tal gesto, pelo recrudescimento generalizado dos combates que comportaria, conduziria inevitavelmente à retirada da FORPRONU, como acabaria por se traduzir numa clara opção da Comunidade Internacional a favor de uma das partes e a consequente redução do seu espaço de mediação.

A missão da FORPRONU é, porém, uma missão de "manutenção da paz", e este objectivo

## RESPOSTA DO PCP

### Procurar uma solução política

1. O PCP não pode deixar de manifestar a mais profunda inquietação face à gravidade do conflito na Bósnia-Herzegovina e outras regiões da antiga Jugoslávia e à real ameaça de uma guerra cujas proporções põem em causa a segurança de toda a região dos Balcãs e da própria Europa.

O PCP defende uma solução negociada, com todas as partes e países interessados, o embargo de armas a todas as partes em conflito. Por isso alertamos para o facto de as grandes potências, em lugar de se empenharem numa justa e duradoura solução política do conflito, persistirem na tentativa de impor pela força soluções unilaterais que conduzem a um perigosí-

simo agravamento da situação.

Neste quadro importa chamar a atenção para o bloqueio ilegítimo e imoral imposto à nova Jugoslávia desde Julho de 92; o fechar de olhos às ofensivas dos mulçumanos na tentativa de modificar a correlação de forças no terreno; o permitirem que as forças croatas, nas barbas dos capacetes azuis, abrissem caminho na Eslovénia Ocidental; e por fim, perante o retomar das operações militares, advertirem as diferentes partes mas acabaram por desferir os seus golpes apenas contra os Sérvios da Bósnia, com a consequente e grave tomada de capacetes azuis como "reféns".

Consideramos por isso urgente

que a ONU assuma por inteiro as suas responsabilidades de estrutura vocacionada para a paz e a segurança internacional, no estrito respeito do espírito e da letra da Carta das Nações Unidas, não se deixando instrumentalizar pelas grandes potências, nem tomando partido por nenhuma das partes em conflito.

2. O PCP alerta os portugueses quanto aos perigos do envolvimento militar de Portugal no conflito e para as inquietantes declarações de altos responsáveis do Governo e das Forças Armadas no que respeita à eventual prontidão de cerca de mil homens da Brigada Aerotransportada para intervir no

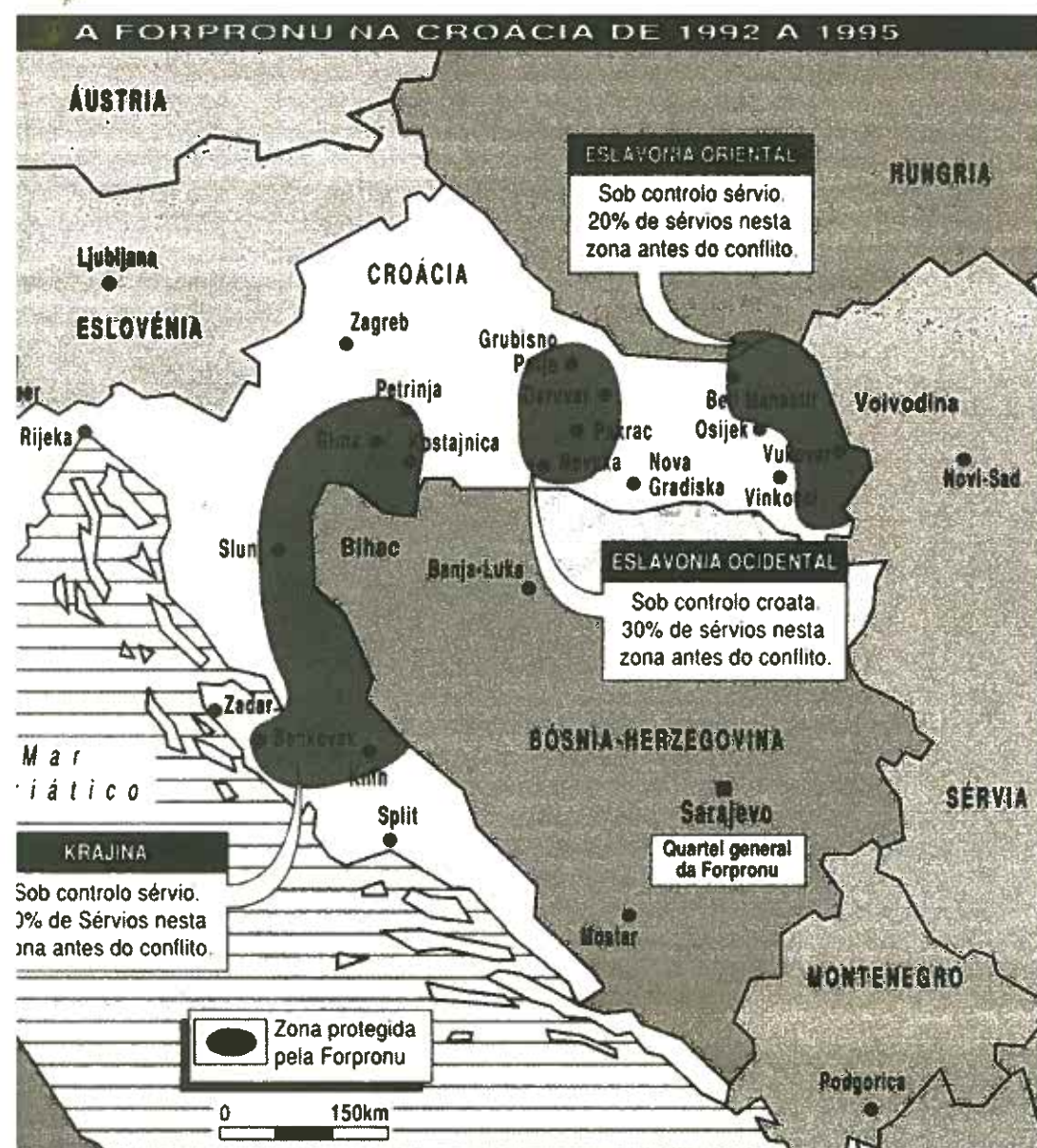
teatro de operações.

O PCP opõe-se frontalmente ao envolvimento de Portugal no conflito e reafirma que a solução de problemas na ex-Jugoslávia só é possível no quadro de negociações políticas e equitativas.

Por isso consideramos que no plano das suas relações bilaterais e no quadro da sua participação na União Europeia, na ONU e noutras organizações internacionais, Portugal deve empenhar unicamente na procura de uma solução política.

**Luís Sá**  
Membro da Comissão Política do PCP

# Bósnia-Herzegovina



Público, 01/04/1995

## A Euromil e as Nações Unidas

Em missões das Nações Unidas que envolvem a deslocação de forças de manutenção de paz, a Euromil procede segundo as seguintes disposições gerais:

1. As Nações Unidas só podem deslocar forças de manutenção de paz quando haja uma resolução nesse sentido, pelo Conselho de

de paz. O mandato para estas missões deve ser formulado em termos precisos.

4. As tropas envolvidas devem ser devidamente assistidas (por ex.: vencimento, assistência médica, subsídio de incapacidade, subsídio de sobrevivência e pensão de terceira idade para os dependentes, seguro) e devidamente



Segurança das Nações Unidas.

2. A resolução do Conselho das Nações Unidas tem de estar em conformidade com a carta das Nações Unidas.

3. Um objectivo político claramente definido deve estar perfeitamente perceptível em cada e em todas as missões das Nações Unidas que envolvam a deslocação de forças de manutenção

equipadas.

5. Antes de ser tomada qualquer decisão relativa à deslocação de forças de manutenção de paz, têm de ser tidos em conta os interesses nacionais e europeus, assim como os riscos e perigos em que incorre o pessoal militar.

6. Uma decisão nacional relativamente ao envio de forças de manutenção de paz é uma decisão política em que cada uma das associações profissionais respectivas deve ser chamada a expressar a sua opinião.

7. No sentido de assegurar o envolvimento das associações representativas em tais processos de tomada de decisão, é lhes concedido o direito de formar associações, organizações e/ou federações.

8. No sentido de dar garantia segura aos militares e suas famílias, deve ser assegurada uma adequada pensão de sobrevivência aos seus dependentes.

9. As tropas destacadas nas forças de manutenção de paz devem estar bem preparadas para as missões das Nações Unidas, através de treino adequado.

10. A Carta das Nações Unidas deve estar continuamente a par das missões das Nações Unidas que envolvam a deslocação de forças de manutenção da paz.

11. A Euromil e as suas associações-membro desenvolverão todos os esforços para a criação das referidas condições tanto a nível nacional como internacional, nomeadamente através da manutenção de relações com as Nações Unidas.



Passatempos

A Cada Um O Seu País

- |                                              |                       |
|----------------------------------------------|-----------------------|
| A. Nelson Mandela <input type="checkbox"/>   | 1. Moçambique         |
| B. Brent Spar <input type="checkbox"/>       | 2. Palestina          |
| C. Helmut Kohl <input type="checkbox"/>      | 3. Estados Unidos     |
| D. Butros Ghali <input type="checkbox"/>     | 4. União Sul Africana |
| E. John Redwood <input type="checkbox"/>     | 5. Egipto             |
| F. Yasser Arafat <input type="checkbox"/>    | 6. Noruega            |
| G. Bill Clinton <input type="checkbox"/>     | 7. Alemanha           |
| H. Jorge Sampaio <input type="checkbox"/>    | 8. Inglaterra         |
| I. Shimon Peres <input type="checkbox"/>     | 9. Portugal           |
| J. Joaquim Chissano <input type="checkbox"/> | 10. Israel            |

Frases célebres

A quem pertencem as seguintes frases?

n Gostei do que fiz. Partir é a melhor forma de servir as Forças Armadas e o país.

n Não se aprende, senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando.

TESTE

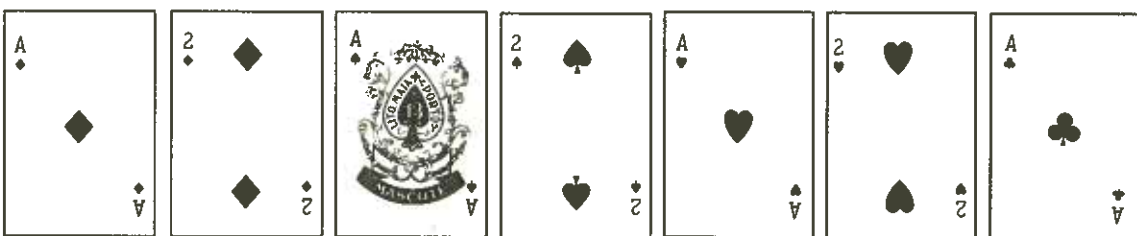
Você é tímido?

Responda sim ou não às seguintes questões e saberá.

- |                                                                                                                                      |     |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|
| 1. Se um desconhecido o aborda responde-lhe normalmente?                                                                             | SIM | NÃO |
| 2. Retrai-se a expor os seus problemas, as suas ideias, ou os seus sentimentos?                                                      | SIM | NÃO |
| 3. Toma a iniciativa em ocasiões que lhe são favoráveis?                                                                             | SIM | NÃO |
| 4. Em consciência, já perdeu oportunidades de afirmação pessoal na sua vida profissional ou privada, por quaisquer tipos de receios? | SIM | NÃO |
| 5. Dá muitas vezes o primeiro passo no estabelecimento de um contacto com as outras pessoas?                                         | SIM | NÃO |
| 6. Os seus receios já o levaram a perder almoços, convites ou viagens interessantes?                                                 | SIM | NÃO |
| 7. Baixa muitas vezes os olhos quando o fitam?                                                                                       | SIM | NÃO |
| 8. Trata facilmente por tu pessoas que conhece pela primeira vez?                                                                    | SIM | NÃO |

Cartas na Posição Certa

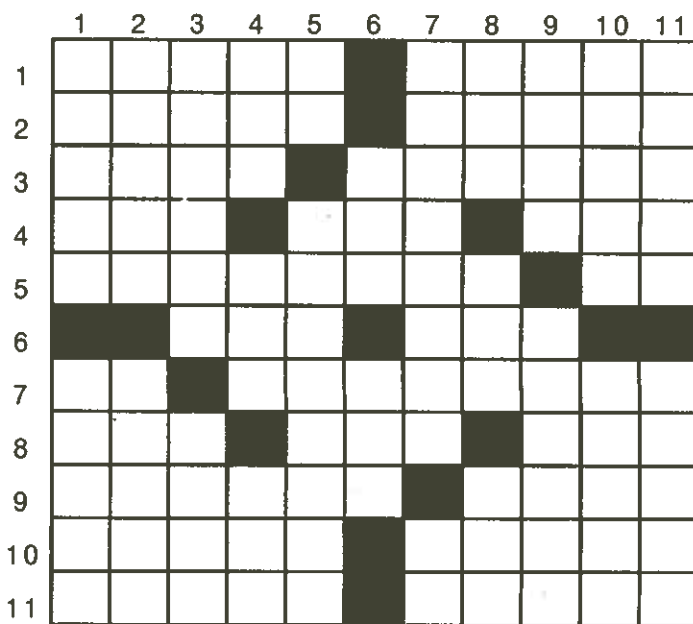
- |                                                                                                 |                                                                                                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. As cartas situadas nas quatro primeiras posições têm todas naipes diferentes.                | 4. O resultado da multiplicação dos valores das cartas das posições 3, 4 e 5 é 2.              |
| 2. A soma dos valores das cartas das posições 2, 4 e 6 é 5.                                     | 5. O ás de copas está situado na posição imediatamente à esquerda da que ocupa o 2 de espadas. |
| 3. O ás de espadas está situado na posição imediatamente à esquerda da que ocupa o ás de ouros. | 6. Na quinta posição há uma espada e na terceira não há uma copa.                              |



1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª 7ª

--	--	--	--	--	--	--

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais:

1 - Árvore leguminosa; praia. 2 - Abas; fragor. 3 - Frutos da oba; descair. 4 - Prefixo de ar; antílope africano; época notável. 5 - Ruidoso; eles. 6 - Pássaro; explosivo. 7 - Aqui; ilha no Tejo. 8 - Rio Siberiano; teus; eia. 9 - Armadas; confiar. 10 - Roer; sovina. 11 - Arruma; feriu.

Verticais:

1 - Preparar ópio; caixa-forte. 2 - Desonra; desabrochem. 3 - Assusta; letra grega; 4 - Saias; ovário dos peixes; outra coisa. 5 - Elas; assara. 6 - Espaço de tempo; todavia. 7 - Pequenas árvores; outra coisa. 8 - Rate; organização internacional; saudação. 9 - Ser; mentiras. 10 - Afio; sobrecarrego. 11 - O mesmo que luras; pano usado na apanha da azeitona.

ARITMÉTICAS

	1	2	3	4	5	6
1		÷		+		=8
2	-		x		+	
3	5	x		-		=8
4	x		-		-	
5		+	1	+		=7
6	=8		=8		=8	

Nas casas em branco colocar números de modo que se achem os resultados indicados.

**SOLUÇÕES**  
Frases célebres: Fernando Nogueira, 1995  
Camões (Lusitadas, c. X)  
Bernard Shaw (Man and Superman)  
Você é tímido: Marque 1 ponto se respondeu SIM às perguntas 1, 3, 4 e 7; e para cada NÃO às 2, 5, 6 e 8.  
Aritméticas: Horizontais: 9:3+5=8; 5x3-7=8; 2+1+4=7. Verticais: 9-5x2=8; 3x3-1=8; 5+7-4=8.  
Cartas: 1ª - As de copas; 2ª - 2 de espadas; 3ª - As de espadas; 4ª - 2 de ouros; 5ª - As de espadas; 6ª - As de ouros; 7ª - 2 de copas.  
Palavras Cruzadas: Horizontais: 1 - Olala; areal. 2 - Palas; ronco. 3 - lbas; abater. 4 - Aer; gnu; era. 5 - Rumoroso; os. 6 - Ave; TNT. 7 - Ca; Almourol. 8 - Obi; has; ena. 9 - Frotas; ater. 10 - Ratar; avara. 11 - Emala; lesou. Verticais: 1 - Opiar; cofre. 2 - Labéu; abram. 3 - Alarma; lota. 4 - las; ova; tal. 5 - As; grelhara. 6 - Ano; mas. 7 - Arbustos; al. 8 - Roa; ONU; avé. 9 - Ente; tretas. 10 - Apero; onero. 11 - Loras; lara.

## Legitimar o associativismo militar

**A**pós a revisão constitucional de 1982, e com o desaparecimento do Conselho da Revolução, tornou-se pacífica a afirmação de que as Forças Armadas ficavam, para todos os efeitos legais, subordinadas ao poder civil, conforme Artº 275, nº 3 da Constituição da República.

Tal reconhecimento, contudo, não levou às consequências naturais, necessárias e obrigatórias que decorriam do novo estatuto jurídico das FFAA:

- a de que estas se tinham integrado na Administração Pública, deixando de constituir um corpo à parte, em que imperava claramente o foro pessoal;

- e, ainda, mas não menos importante, a de que os membros das FFAA deixavam assim de ser, de certo modo, cidadãos à parte, com direitos e deveres paralelos aos dos restantes cidadãos.

Sabe-se que a Constituição da República Portuguesa permite que determinados direitos fundamentais dos membros das FFAA dos quadros permanentes em serviço possam ser restringidos pelo legislador ordinário, conforme Artº 270.

O mesmo artigo, contudo, ao fazer apenas referência a

restrições ao exercício da liberdade de associação, deixa naturalmente admitir o reconhecimento da titularidade deste mesmo direito, pois, como é óbvio, só é possível limitar o que já existe anteriormente. Assim, ao admitir apenas restrições à liberdade de associação, o legislador constituinte quis excluir a possibilidade de a lei ordinária proibir esse mesmo direito.

Foi, precisamente, no respeito destes pressupostos constitucionais que os Sargentos dos 3 ramos das FFAA decidiram, criaram e têm levado por diante a Associação Nacional de Sargentos.

Não se pretende, agora e aqui, fazer o historial das perseguições, punições, das batalhas jurídicas, das incompreensões de que temos sido alvo, mas será bom não as esquecermos, bem como dos apoios que recebemos e de quem os tem, desde a primeira hora, prestado.

Pretendemos, no entanto, relembrar que, desde a primeira hora da nossa existência, procuramos dialogar com todas as instituições, com todos os órgãos de soberania, com todas as forças

políticas com assento parlamentar, nunca marginalizando ninguém, mesmo os que antecipada e publicamente têm mostrado não aceitarem a nossa existência.

Esta via de persistente diálogo não tem sido fácil, já que, incompreensível e inexplicavelmente, o governo e algumas forças políticas se têm negado a aceitar o nosso persistente esforço de diálogo. E como se torna difícil dialogar com quem não manifesta o mínimo interesse em fazê-lo! Mas não desistiremos. É esta a via justa e correcta para a plena legitimação da ANS, por isso, persistiremos neste caminho.

No próximo dia 1 de Outubro ocorrerão as eleições para a Assembleia da República, legislatura que terá poderes de revisão constitucional, e na qual se irá jogar uma cartada decisiva na legitimação do associativismo militar.

Por tal motivo, este acto

eleitoral não é para nós mais um acto eleitoral, uma mera acção de rotina, joga-se nele o pleno reconhecimento do direito associativo pelos cidadãos militares.

Assim sendo, como podemos confiar o nosso voto em quem sistematicamente se nega a dialogar connosco, a quem nem sequer se digna a responder aos nossos insistentes pedidos de audiência?

Se o voto numa sociedade democrática, para além de decidir quem legitimamente governará, é o também uma forma responsável de penalizar quem não usa o poder, que lhe é conferido, de forma correcta e democrática.

A legitimação do associativismo militar também se joga em 1 de Outubro. Por isso é justo e importante que nos lembremos de quem tão mal nos tem tratado.

Com a responsabilidade e serenidade que nos caracteriza, vamos penalizá-los.

## ANS comemorou 6º aniversário

A Associação Nacional de Sargentos comemorou, em 10 de Junho, o 6º Aniversário da sua fundação.

Para o efeito, realizou, nesse dia, um almoço comemorativo, que ocorreu na Cooperativa

Militar, em Lisboa.

Na sede da ANS, no âmbito das comemorações, esteve patente, durante uma semana, uma Exposição de Fotografia dedi-cada ao Campo de Concentração Nazi de Dachau.

## Cumprir o serviço militar duas vezes

O problema é simples de contar. Os filhos dos emigrantes em França, com dupla nacionalidade, se residem em França passam à Reserva Territorial e ficam sujeitos a cumprir as suas obrigações militares na Forças Armadas Francesas. Mas, se o jovem vier residir

para Portugal, por exemplo, para estudar, fica sujeito a ter de cumprir o serviço militar em Portugal e em França.

Que quer isto dizer? Quer dizer que se impõe urgentemente um acordo bilateral que ponha fim a isto. Como vêem é simples.

## Restrições sim Direitos não...

... Parece ser este o lema do Poder Político.

E isto porquê? Porque, por um lado não dialoga e, como se não bastasse o restritivo quadro de direitos de cidadania, ficámos agora a saber que

os militares da Fragata «Alvares Cabral», que partiram para o Adriático, estão legalmente impedidos de votar nas eleições de Outubro, nos termos da legislação em vigor.

E esta hem?



## FFAA da Alemanha realizam profundas reformas após integrarem parte das FFAA da ex-RDA

As Forças Armadas da Alemanha, vão sofrer uma profunda reestruturação. Após 40 anos de existência, as FFAA passarão pela maior mutação de toda a sua história. Alguma Força Armada jamais procedeu a reformas tão profundas em tempo de paz.

O ministro alemão da Defesa, Volker Ruhe, apresentou as medidas que passam pela diminuição do número de efectivos para 340 000 homens. Tal será devido a uma redução do serviço militar obrigatório, pela modificação da estrutura militar e pela redução do número de quartéis. Assim, as FFAA ficam organizadas da seguinte forma: 290 000 homens nas forças principais de defesa e 50 000 nas forças de reacção a crises. As primeiras serão encarregadas das missões tradicionais e às

segundas serão confiadas missões dos capacetes azuis da ONU.

O número de quartéis que irá ser encerrado ronda os 20 (após o fecho de 200 na antiga RDA) e mais 30 irão ver a sua actividade reduzida. Para que isso possa realizar-se 30 000 homens serão dispensados (23 000 do exército, 5 000 da força aérea, 2 000 da marinha).

Um dos grandes problemas das FFAA da Alemanha prende-se com os conscritos. A penúria de soldados disponíveis é alarmante. Só 38% dos jovens efectuem serviço militar. 28% pedem o estatuto de objectores de consciência e um terço dos jovens estão incapacitados por razões pessoais. Por outro lado, 93% dos jovens inspeccionados não podem ser plenamente utilizados devido às suas inaptidões físicas.

## BREVES



### CSAERO

O Clube de Sargentos de Aeronáutica comemorou o seu 9º Aniversário na cidade de Beja, onde visitou a Base Aérea nº 11. O ponto alto das comemorações foi a realização de um almoço de convívio no Clube de Sargentos, sito naquela cidade, no qual participaram cerca de 120 pessoas.

### AOFA

A Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA) promoveu um encontro com Oficiais da região do Entroncamento. Neste encontro expôs os seus pontos de vista acerca de um conjunto de matérias que preocupam esta Associação, entre elas o eventual envio de militares portugueses para a Bósnia.

Em comunicado, a AOFA lamenta que «não tenham sido tornadas públicas medidas que visem fazer corresponder a responsabilidades iguais, direitos iguais. Com efeito, os que são reconhecidos aos nossos militares divergem substancialmente dos que enquadram a actividade dos restantes elementos que integram as forças multinacionais».

## Constituída a Associação de Oficiais da Reserva Naval

A Associação dos Oficiais da Reserva Naval (AORN) constituiu-se no passado dia 14 de Julho, em sessão solene na Sala do Risco, espaço histórico da Casa da Balança do Museu da Marinha.

A AORN, muito ao estilo de «british club», tem como principal objectivo a intervenção cultural e reviver a memória histórica da reserva naval na Marinha, ou seja, lembrar «os bons tempos na Marinha».

## Os números da realidade

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial - 1995, do Banco Mundial, diz que 18% da população mundial tem um rendimento por dia de 1 dólar (150 escudos).

O Relatório considera que, apesar do crescimento da riqueza no mundo e do grande desenvolvi-

mento económico de alguns países de médio rendimento, se agravaram, no entanto, as dificuldades regionais.

Assim, enquanto em 1970 o rendimento médio por habitante dos países ricos era 11 vezes superior ao dos países pobres, em

1985 era já 52 vezes mais elevado.

Em todo o mundo existem, segundo o Relatório, 120 milhões de desempregados.

O trabalho infantil estima-se em 50 a 60 milhões de crianças nos países mais pobres.

## Memórias

No dia 6 de Agosto de 1945, um bombardeiro B-29 norte-americano lançou uma bomba atómica, «Little Boy», sobre Hiroshima, causando mais de 90 mil mortes. A 8 de Agosto a União Soviética declara guerra ao Japão. A 9, é lançada a segunda bomba atómica sobre Nagasaki, a «Fat Man», que provoca mais de 40 mil mortes. A 10 de Agosto, o imperador do Japão, Hiroito, diz aceitar a capitulação.



## Evolução

A evolução dos países católicos nas últimas décadas, mostra um retrocesso; se não no aspecto religioso, sim no comportamento

dos casais e no número de filhos.

Nos países latino-americanos, onde a igreja católica é muito poderosa, diminuiu

para metade o nível de natalidade, nos últimos trinta anos. A utilização da esterilização ganha terreno, inclusive no México.

## Turquia

A U.E. removeu as reticências gregas à concretização de uma união aduaneira com a Turquia, através da definição de um

calendário para o início das negociações de adesão de Chipre.

Este acordo pressupõe a eliminação mútua de uma

série de direitos alfandegários e disponibilizará uma ajuda a Ancara de quase 800 milhões de ecus em donativos e empréstimos.

## União Europeia tem poderes que cheguem

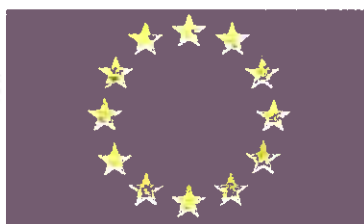
Durante a sua visita a Portugal, o Presidente do Parlamento Europeu (PE), Klaus Hänsch, considerou que a UE já tem poderes suficientes. O que estará em questão na Conferência de 1996 será sim melhorar o seu funcionamento e o exercício desses poderes. Há que tornar mais eficazes os seus mecanismos de decisão; há que garantir a transparência e assegurar a legitimidade democrática.

Quanto à legitimidade de-

mocrática, ela passa, antes de mais, pela atribuição ao PE de um verdadeiro poder de co-decisão com o Conselho. Klaus Hänsch salientou a importância que os Paramentos nacionais assumem neste aspecto, nomeadamente através do controlo sobre a acção dos seus governos, apelando ao reforço da cooperação entre o PE e os Paramentos nacionais.

O Presidente do PE lembrou o acolhimento favorável dispensado pelo PE às «cau-

sas justas e dos mais fracos» de que é exemplo o modo, de



longe o mais favorável, entre todas as instituições comunitárias, como o PE tem tratado o problema, ilegal, à luz do direito Internacional, da ocupação de Timor pela Indonésia.

## Programa da Comissão para 1995

Da Resolução do Programa legislativo da Comissão para 1995, aprovado pelo PE, a principal conclusão a extrair é a de que a Comissão deverá respeitar escrupulosamente os objectivos definidos pelo Parlamento Europeu, em especial no que respeita à

transformação do crescimento económico em emprego, objectivo que deverá ter concretização prática através da criação, em toda a União Europeia, de 15 milhões de novos postos de trabalho até ao ano 2 000.

Recorde-se que o desem-

prego na UE atingiu a cifra de 18 milhões de desempregados.

O PE pediu à Comissão uma vasta lista de propostas legislativas em domínios como o ambiente, o turismo, a luta contra a fraude e direitos dos cidadãos e dos trabalhadores.



## OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

Os 52 países membros da OSCE, reunidos em Paris nos dias 20 e 21 de Março passado, comprometeram-se a desenvolver os seus esforços por uma «Europa onde os povos exprimam livre e democraticamente a sua vontade, onde os direitos humanos, incluindo os das mino-

rias nacionais, sejam respeitados, onde os Estados iguais e soberanos cooperem para além das fronteiras e desenvolvam entre si relações de boa vizinhança».

Portugal faz parte da OSCE e é um dos signatários desta declaração.

## Drogas

A Alemanha, a Bélgica e Itália são os países que, por esta ordem, mais anabolizantes utilizam na alimentação do gado vacum. Os valores variam de 7,5 por cento

da Bélgica a 0,5 por cento do Luxemburgo. O mercado negro de anabolizantes se alimenta desde a Líbia, Roménia, Polónia e também da Malásia, Indonésia, Taiwan e Filipinas.

## Grécia na UEO

A Grécia culminou o seu processo de adesão à UEO, tor-

nando-se o 10.º país a pertencer a esta estrutura europeia.

## Gronelândia

A Gronelândia, a segunda maior ilha do mundo depois da Austrália, foi a votos no início de Março. Este país, com 55 mil habitantes e que desde 1979 usufrui de um estatuto de autonomia interna, optou - através de um referendo - pela saída da União Europeia.

A Gronelândia recebe anualmente uma subvenção de mais de 62 milhões de contos concedida pelo Governo da Dinamarca.

O nível de vida dos seus habitantes é bastante inferior ao da «metrópole» dinamarquesa.

Atingida pela escassez de peixe (sobretudo o bacalhau), que representa 95% das suas exportações e emprega a maioria da sua mão-de-obra, calcula-se que 12% da sua população activa esteja desempregada. As capacidades de produção das fábricas de peixe estão a ser exploradas apenas a 5%, no que se refere ao bacalhau, e a 55% no que se refere ao camarão.

O problema da sujeição da Gronelândia à Coroa dinamarquesa é algo que agita a vida interna do país.

